

Brasil terá US\$ 4,6 bi sem monitoramento do FMI

O Governo brasileiro deu mais um importante passo para o fechamento do acordo com os bancos credores internacionais. Na última sexta-feira, ficou acertado que não haverá mais a vinculação automática dos dois desembolsos a serem feitos este ano pelos bancos (no valor US\$ 4,6 bilhões) com os desembolsos do Fundo Monetário Internacional (FMI). O anúncio foi feito ontem, no início da tarde, pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, que, bastante otimista, disse que aguarda "para muito breve" o fechamento definitivo do acordo com os bancos.

O ministro explicou que o acordo com os bancos prevê um repasse total ao Brasil de US\$ 5,2 bilhões, divididos em três parcelas. A primeira delas, no valor de US\$ 4 bilhões, será desembolsada junto com a assinatura do acordo e não está vinculada aos desembolsos do FMI, sendo que o Brasil não precisará estar cumprindo as metas econômicas estabelecidas pelo Fundo para obter este empréstimo dos bancos. A segunda parcela, no valor de US\$ 600 milhões, deverá ser repassada ao País no último trimestre deste ano e também não será vinculada nem aos desembolsos do FMI e nem ao cumprimento das metas econômicas previstas.

Exigência

Entretanto, para a terceira e última parcela do acordo com os bancos, no valor de US\$ 600 milhões, a serem desembolsados somente no primeiro trimestre de 89, há a exigência de que o Brasil já esteja cumprindo as metas estabelecidas pelo FMI. Mas nesse processo há uma inovação: se não houver o cumprimento das metas econômicas exigidas pelo Fundo Monetário Internacional, os bancos credores iniciarão

automaticamente uma votação pela qual 85% destes credores, que representam quase que a totalidade da dívida, poderão conceder um waiver (perdão) da dívida brasileira e ainda desembolsar os recursos previstos.

Mailson lembrou dois pontos "importantes" nessa nova modalidade de negociação. O primeiro deles é que ela representa um processo realmente inovador, já que a diferença do montante a ser emprestado pelos bancos foi acertada antes mesmo das discussões com o Fundo Monetário Internacional. O segundo ponto é que, ao contrário do que alguns analistas e especialistas da área econômica vinham afirmando, "não haverá relação automática entre os desembolsos e, desta forma, 90% dos recursos solicitados pelo Brasil serão repassados sem que haja a necessidade do cumprimento de metas", acrescentou.

Metas

São oito as principais metas já definidas com a missão do FMI: 1 — déficit público para 88 de 4% do Produto Interno Bruto (PIB); 2 — déficit público para 89 de, no máximo, 2% do PIB; 3 — inflação deste ano de 600%; 4 — expansão da base monetária e dos meios de pagamento em 375%; 5 — saldo comercial em 88 de US\$ 12,6 bilhões; 6 — reservas internacionais de US\$ 4,2 bilhões em dezembro deste ano; 7 — rolagem de 75% do serviço da dívida externa a vencer em 88, dos Estados e municípios e 8 — crescimento de 5% da dívida pública interna.

Com a eliminação da chamada vinculação automática dos desembolsos, o fechamento do acordo com os bancos credores depende agora somente de um acerto em torno do Arresto, ou seja, uma cláusula de penhora, que vem sendo negociada. Esta cláusula — que

começou a ser discutida ontem permitiria aos bancos penhorar bens e reservas brasileiras no exterior, caso o País decretasse uma moratória unilateral. O Brasil busca uma solução mais flexível com relação a esta cláusula, que permita preservar suas reservas.

Divergência

Além da cláusula de penhora existe outro ponto que está causando a demora no fechamento do acordo com os bancos credores que é a divergência entre os próprios bancos quanto à data-base para reescalonamento da dívida brasileira. Um grupo deseja que o acordo estipule que o reescalonamento se inicie com os créditos vencidos a partir de 1982. Outro grupo quer uma data base mais recente. Mailson da Nóbrega destacou, entretanto, que esta questão deve ser resolvida entre os próprios bancos e que o Brasil não pode interferir no assunto.

Disse também que as dificuldades que vinham sendo impostas também pelo Bank of Montreal já foram superadas, o que deverá contribuir para o breve fechamento do acordo entre o Brasil e os bancos. O Bank of Montreal representa um grupo de cinco bancos canadenses credores do Brasil. Recentemente esta instituição, que representa o Banco Central Canadense, mudou suas regras, passando a exigir uma reserva de 35 a 45% do total emprestado pelo banco ao Terceiro Mundo. Uma ligação com o FMI significaria, segundo o banco, 35%, ao invés dos 45%. A mudança de sua posição deixaria o acordo praticamente fechado, faltando apenas o **prejudgment attchment**, que é basicamente uma garantia de que não haverá uma nova moratória por parte do Brasil sob pena de confisco de bens brasileiros no exterior.